

BREVE HISTORIAL DAS RELAÇÕES ENTRE ITÁLIA E MOÇAMBIQUE

Por Tiziano Cirillo

2.1.1 O início

As primeiras presenças de Italianos em Moçambique remontam ao século XVI, seguindo as rotas abertas pelos Portugueses no caminho para a Índia, mas as relações entre Itália e Moçambique ligadas ao estabelecimento no País de oriundos da Itália começaram a ser importantes só a partir do século XIX, com a chegada de alguns comerciantes emilianos.

O primeiro Consulado é estabelecido em 1905, altura em que a comunidade italiana começa a crescer através de dois fluxos principais: emigrantes a procura de oportunidades, na sua maioria provindo das regiões do Noroeste da Itália (e que contribuirão à primeira industrialização do País) e missionários de diversas congregações, entre as quais o Instituto da Consolata para Missões Estrangeiras (1927), os missionários Combonianos (1946), Dehonianos (1947), Capuchinhos (1947), Salesianos (1954), os Padres Brancos (Sociedade dos Missionários da África) e de outras irmandades religiosas, algumas delas em relação conflitual com as autoridades diocesanas, estreitamente ligadas ao poder colonial.

A Igreja católica de Moçambique experimentou, sobretudo a partir de 1950, uma conflitualidade crescente entre a hierarquia episcopal, nomeada e controlada pelo Estado português, e os missionários estrangeiros, alguns padres portugueses, o clero africano e vários grupos católicos, os quais julgavam o sistema colonial iníquo e que fosse necessário construir uma alternativa ao Estado colonial a partir das aspirações das populações africanas.¹

A informação veiculada pelos missionários estrangeiros sobre a situação real das populações nas colónias portuguesas ajudou muito no surgimento de um forte empenho anticolonialista nas sociedades ocidentais. No contexto da dinâmica das relações entre Itália e Moçambique, a função desempenhada pelos missionários italianos revelar-se-á posteriormente como um factor importante para o estabelecimento de relações entre comunidades italianas e moçambicanas (veiculadas pelos missionários), capazes de resistir às vicissitudes históricas e de contribuir a gerar, em Moçambique, uma imagem positiva dos “italianos”; imagem que passará a ser um elemento caracterizante das relações bilaterais entre os dois Países.

Esta representação positiva virá a ser reforçada pelo apoio político e material que o conjunto da sociedade civil italiana foi capaz de assegurar à causa da independência nacional; apoio procedente de sectores políticos anticolonialistas, assim como de realidades territoriais, comunidades, indivíduos e até empresas, já antes no início da luta armada. Estes múltiplos canais de solidariedade continuaram com a sua própria dinâmica e são a razão das numerosas redes de cooperação que hoje caracterizam a

¹ O papel exercido em Moçambique pelas missões cristãs (católicas, protestantes e evangélicas) na formação dos primeiros nacionalistas moçambicanos, na criação de uma cultura nacional e na disseminação da consciência anticolonial, é actualmente objecto de estudos e merece um melhor aprofundamento, assim como o papel jogado pelas comunidades islâmicas.

multifacetada cooperação entre Itália e Moçambique. Esta dinâmica mereceria uma abordagem mais sistemática de estudo, para a sua importância na evolução histórica das relações bilaterais.

2.1.2 O apoio à luta armada

Dentro das primeiras iniciativas do grupo dirigente da FRELIMO, regista-se a procura de relações estruturadas com as forças progressistas italianas, que já tinham iniciado antes da fundação da FRELIMO, com os primeiros contactos, em 1961, entre Marcelino dos Santos e alguns dirigentes do Partido Comunista Italiano (PCI) e do Partido Socialista Italiano (PSI). No ano seguinte (1962) estes contactos foram retomados, com o encontro em Varsóvia, por ocasião do Congresso do Movimento dos Partidários da Paz, entre Marcelino dos Santos e Renzo Bonazzi, Presidente do Município de Reggio Emilia. M. dos Santos encontrará sucessivamente em Roma, no mesmo ano, Giancarlo Pajetta, responsável pelas Relações Exteriores do PCI, junto com a sua colaboradora, Dina Forti, a qual acabará por representar em seguida o principal ponto focal no desenvolvimento das relações bilaterais de cooperação.

Com o início da luta armada (1964) as relações assumem uma nova dinâmica e acabam por abranger todos os partidos do chamado “arco constitucional” italiano, sindicatos e movimentos políticos. A FRELIMO identifica na Itália o seu interlocutor privilegiado para a actividade de promoção da agenda anticolonial na Europa e as iniciativas políticas neste sentido se multiplicam.

Entre 1970 e 1975 subseguem-se na Itália as iniciativas de solidariedade, que interessam todas as forças políticas italianas antifascistas, governos regionais (particularmente das regiões Emília Romanha, Véneto, Lazio), as Províncias autónomas de Trento e Bolzano, sindicatos, organizações não governamentais católicas (Mani Tese, CUAMM e outras) e laicas. Nasce o MOLISV, como movimento transversal centrado no apoio às lutas anticoloniais, o GVC, o COSV e uma série de ONG que promovem a cooperação internacional e apoiam os movimentos de libertação anticolonial².

A luta de libertação em Moçambique entra assim a fazer parte da agenda internacionalista dos movimentos políticos e sindicais italianos num momento em que a contestação da ordem imperialista mundial e a luta pela paz ganham consensos crescentes em grandes sectores da população.

2.1.3 O apoio à consolidação da Independência

No dia da Independência, a delegação italiana era constituída por uma representação da Região Emília Romanha e dos Municípios de Reggio Emilia (R.E.) e Bolonha. Inicia assim uma nova fase do relacionamento entre os dois Países, que se fortalece a partir

² É neste âmbito que se reforçam as relações interpessoais entre militantes e dirigentes políticos italianos dum lado, e dirigentes da FRELIMO de outro lado, e que se difunde em toda a Itália o apoio à luta de libertação em Moçambique como parte integrante da agenda internacionalista dos movimentos políticos, cooperativísticos e sindicais, sobretudo após a realização em Roma (1970) da Conferência Internacional de Solidariedade com os povos e movimentos de libertação das colónias portuguesas em África, o encontro com SS Paulo VI, e a Conferência de Solidariedade com os movimentos de libertação das colónias portuguesas de Reggio Emilia (1973), que conduz à gemelagem entre o Arcispedale Santa Maria Nuova de Reggio Emilia e o Hospital Central de Cabo Delgado.

dos laços de amizade e das relações humanas estabelecidas no período da luta de libertação.

Os primeiros acordos formais entre instituições dos dois Países têm início com a assinatura em 2.06.1975 de um Protocolo de amizade e cooperação cultural, econômica e política entre as cidades de Pemba e R.E., mesmo antes da proclamação formal da independência.

Em seguida, uma missão em Roma do então Reitor da UEM, Fernando Ganhão, leva a um memorando de entendimento com a Universidade de Roma, que previa o apoio à formação universitária nas áreas técnicas (Ciências, Engenharia, Medicina) e a formação de operadores nos sectores críticos da saúde e da indústria mineira. Os primeiros docentes italianos chegam em Moçambique em 1976, ano em que se abre a Embaixada da Itália em Maputo com a chegada do primeiro embaixador italiano, Claudio Moreno, o qual em 4 anos (até 1980) conseguirá promover e consolidar uma série de parcerias bilaterais ao longo de todo o espectro possível do relacionamento entre os dois Países. O papel equilibrado do Embaixador Moreno, representante de um governo de um País politicamente alinhado ao campo “imperialista”, enquanto integrante da NATO, mas que apoia abertamente a construção de uma nova nação, foi fundamental para assegurar continuidade às relações de cooperação construídas antes da Independência, em todas as componentes, adicionando o nível das relações intergovernamentais.

Nesta fase são empenhadas, em primeiro lugar, ONGs, a Liga das Cooperativas, sindicatos, governos locais, Municipalidades, Universidades, Unidades sanitárias, ou seja, partes distintas da sociedade civil e da administração pública italiana, coordenadas de facto pela Embaixada da Itália e o IPALMO, o Instituto para as relações com os Países da África, América Latina e Medio Oriente, fundado em 1971 por intelectuais laicos e católicos comprometidos com a implementação da agenda da Conferência de Roma de 1970 e, portanto, com a promoção da cooperação internacional vista como instrumento de apoio à emancipação política e económica dos Países saídos do colonialismo.

A presença italiana em Moçambique, em termos de docentes, cooperantes e voluntários internacionais, técnicos das empresas cooperativas, no final de 1980 chega a ser muito importante, acabando por constituir a comunidade ocidental mais numerosa em Moçambique.

Basicamente, nos primeiros 5 anos de independência a cooperação bilateral entre Itália e Moçambique ocorre por meio de ONGs, autoridades locais, associações da sociedade civil, institutos de pesquisa e institutos de cultura.

2.1.4 A cooperação intergovernamental

Após a assinatura do primeiro Acordo de Cooperação Técnica entre os dois Países (1977), técnicos e cooperantes podem ser enviados em missão utilizando recursos governamentais, mas as relações formais de cooperação entre os dois Países encontram a sua primeira normalização só após a visita de Estado do primeiro Presidente de Moçambique, Samora Machel, na Itália (1981) e a assinatura do Acordo

de Cooperação Económica, que institui uma Comissão Mista da Cooperação³. A cooperação universitária, por sua vez, encontra uma formalização com a assinatura de um Acordo específico (01.08.1983), que institui uma Comissão Mista Universitária para regular as relações de cooperação com a Universidade Eduardo Mondlane.

Na 2ª Comissão Mista (1982) foram concordados vários projectos a nível intergovernamental, em torno dos quais se desenvolverão posteriormente as relações de cooperação económica entre os dois Estados e a cooperação interinstitucional. A partir de 1983 o volume da cooperação bilateral aumenta consideravelmente, com o início dos grandes projectos infra-estruturais realizados por empresas italianas através de crédito comerciais e governamentais, nos sectores dos transportes, comunicações, energia, barragens, agro-indústria e indústria transformadora.

A expansão no território da guerra civil a partir de 1986 obriga a uma reestruturação das relações de cooperação, e começa a ser cada vez mais importante a ajuda alimentar e de emergência, junto com programas de formação concentrados nos centros urbanos. Esta fase continuará até o Acordo de cessar-o-fogo, em Julho de 1990, que abre novos caminhos para a reconstrução do País.⁴

2.1.5 O papel da Igreja Católica nas relações entre Itália e Moçambique

Ao longo de todo este processo, as relações baseadas na presença de missões de congregações religiosas onde actuavam missionários italianos seguem uma dinâmica independente. Baseadas na associação entre actividades de evangelização e de promoção económica e social das populações rurais, as missões católicas se encontraram muito cedo empenhadas no combate à conceptualização racista da sociedade colonial, entrando em atrito com as autoridades diocesanas portuguesas e juntando-se assim à acção das missões protestantes na promoção do nacionalismo africano.

Algumas missões acabaram por fornecer apoio político e logístico aos combatentes da FRELIMO e conseguiram furar o muro de silêncio construído ao redor da guerra, testemunhando das atrocidades cometidas pelo exercito colonial com documentos que recorreram o mundo e contribuíram grandemente a tirar apoio político ao governo colonial-fascista português.

A nacionalização das infraestruturas da Igreja Católica e as restrições da liberdade de expressão religiosa depois da Independência limitaram o campo de acção das congregações missionárias. Alguns dos missionários italianos conseguiram reconstruir a sua actividade pastoral como leigos, mantendo vivos os contactos com as comunidades locais, à espera de tempos melhores e preservando os laços construídos.⁵

³ As relações económicas tinham iniciado, na realidade, já em 1978, após a primeira missão em Moçambique da Liga das Cooperativas, que começou as suas actividades no País apoiando com fundos próprios projectos de cooperação no sector agrícola e industrial.

⁴ Uma panorâmica detalhada do desenvolvimento das relações bilaterais de cooperação, incluindo o apoio ao processo de pacificação após a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) de 1992 é fornecida no Anexo 6.

⁵ Neste âmbito, uma história de sucesso é constituída pela criação e a expansão das cooperativas de pequenos produtores que nascem nas zonas verdes de Maputo e Matola e que consolidar-se-ão num movimento nacional capaz de promover um modelo de associacionismo camponês alternativo ao modelo oficial, fortemente centralizador. A história e a dinâmica das

Quando foi claro para as partes em conflito que não havia nenhuma possibilidade de uma solução militar da guerra, as igrejas presentes em Moçambique, católica e protestantes, tomaram a iniciativa de promover o processo de pacificação⁶. Nesta fase, o envolvimento de operadores italianos presentes no terreno se revelou fundamental, primeiro na organização dos primeiros contactos entre os beligerantes e, sucessivamente, na construção das condições que garantissem continuidade a estes contactos, enquanto se estavam construindo as condições para o início de conversações directas. Paralelamente, o envolvimento de vários segmentos da sociedade civil italiana contribui eficazmente para garantir mobilidade e cobertura logística e política aos representantes da RENAMO empenhados nos contactos com os emissários governamentais e assim concorrer à reconstrução da confiança entre as partes.

Num segundo momento, quando foi necessário implementar o processo de pacificação no terreno, a existência de comunidades católicas nas zonas das antigas missões acabou por se revelar um factor importante na implementação do complexo processo de pacificação, inicialmente para a organização logística da distribuição da ajuda de emergência durante o cessar-o-fogo e, sucessivamente, no apoio ao retorno dos deslocados e à reconstrução do País, bem como na canalização de recursos dos sectores católicos da sociedade civil italiana.

2.2 As razões de Moçambique no fortalecimento das relações com a Itália

A liderança da FRELIMO deu desde logo uma importância primordial ao seu estatuto internacional. Por meio da sua mensagem política e da incansável actividade diplomática internacional actuou com criatividade e vigor dentro dos mecanismos da Guerra Fria, explorando as divisões que esta criou, em vez de se deixar enredar por elas⁷.

As redes políticas desenvolvidas através das divisões da Guerra Fria, principalmente por Marcelino dos Santos, juntamente com as actividades da FRELIMO em Moçambique, desempenharam um papel importante para assegurar à FRELIMO o estatuto de único movimento legítimo de libertação de Moçambique e foram instrumentais para pressionar Portugal e garantir a entrega do governo para a FRELIMO

relações bilaterais de cooperação que se desenvolveram neste âmbito ainda são pouco valorizadas e mereceriam uma maior atenção.

⁶ Um processo que tinha nascido já antes da morte de Samora Machel, com o primeiro apelo de Don Jaime Gonçalves (1983) para a paz e a ajuda de emergência para Moçambique, e que se consolidou com os sucessivos encontros do Arcebispo de Beira com exponentes da RENAMO em Roma e em Gorongosa (1985) e com os encontros de S. Machel em Roma com o Papa João Paulo II e o Presidente italiano Francesco Cossiga (1985).

A morte prematura do Presidente S. Machel (19.10.1986) não travou o processo, que reiniciou nos finais de 1986 com a missão do enviado do Papa, Dom Matteo Zuppi, da Comunidade de S. Egídio e o seu encontro com o novo Presidente, Joaquim Chissano. O Papa João Paulo II, na sua visita pastoral em Moçambique de Setembro de 1988, remarca a necessidade de as duas partes em conflito encontrarem rapidamente o caminho para a paz; necessidade reafirmada durante a missão de Estado do presidente F. Cossiga e do Ministro italiano dos Negócios Estrangeiros, Giulio Andreotti, em Moçambique (8.02.1989).

⁷ É no contexto internacional que, por exemplo, a liderança da FRELIMO encontrou recursos cruciais para colocar em prática os aspectos da sua visão nacionalista no governo das áreas libertadas, oferecendo às populações uma alternativa concreta ao regime colonial, como no caso dos serviços de saúde e educação e da organização da produção agrícola.

após a Revolução dos Cravos. A este respeito, a intensa actividade de construção do consenso político para com a luta de libertação em alguns Países-chave do campo ocidental, nomeadamente Países Baixos, Suécia, Reino Unido e Itália, foi uma escolha estratégica da direcção da FRELIMO. A conferência internacional de solidariedade organizada em Roma em 1970 foi um evento fundamental para o enfraquecimento do regime português, considerado que a Itália era aliada de Portugal na NATO. A audiência privada dos dirigentes da FRELIMO, MPLA e PAIGC com o Papa durante esta conferência foi o principal ponto de viragem para a legitimação da luta anticolonial nas colónias portuguesas.

Ao internacionalizar a sua luta, os dirigentes da FRELIMO conseguiram promover uma característica fundamental do seu projecto político - a promoção de uma nação unida e moderna - dentro de paradigmas que poderiam legitimar o seu estatuto a nível global. Os apoiantes internacionais da FRELIMO muitas vezes assumiram como certo que os moçambicanos estavam unidos na causa da FRELIMO na luta pela sua independência do domínio português e que "a construção da sociedade nacional" era um dos principais objectivos da FRELIMO. E é a partir da construção da rede italiana de solidariedade com a FRELIMO que se configurou um caminho político inovador, onde os destinos da política moçambicana, italiana e internacional se entrelaçaram no contexto global da Guerra Fria.

O apoio à FRELIMO que se desenvolveu em Itália na sequência de anteriores campanhas de solidariedade de apoio a reivindicações de autodeterminação noutras partes do mundo, como no caso da Argélia, beneficiou da actividade e do interesse de membros dos principais partidos políticos, e isso representava sem dúvida uma vantagem importante para a FRELIMO. Alguns desses políticos, nomeadamente Dina Forti para o PCI e Lucio Luzzato para o PSIUP, também tinham uma experiência considerável em organizações internacionais como o WPC (*World Peace Council*), através do qual foram organizadas diversas actividades de solidariedade internacional. Além disso, na Itália, a FRELIMO contou com o apoio de vários activistas individuais de todas as divisões ideológicas da época: comunistas, socialistas e também organizações da sociedade civil católica trabalharam juntas pelo fim do domínio português em Moçambique, podendo assim contar com o efeito multiplicador que estas conexões podiam aportar no contexto das suas redes de relações internacionais.

Por último, a rede de solidariedade italiana também se desenvolveu através de alguns municípios locais - administrados pelo PCI - que seguiram sua própria política externa. Após a conferência de Roma de 1970, uma dessas cidades, Reggio Emilia, liderou a rede de solidariedade italiana através das suas actividades, inicialmente no sector da saúde, e também se viu na vanguarda do movimento de solidariedade com a FRELIMO na Europa nos anos cruciais antes da Independência de Moçambique. Tudo isso era possível graças à peculiar estrutura político-administrativa italiana, que reconhecia amplas autonomias aos governos locais, e que oferecia à FRELIMO a possibilidade de ganhar consensos dentro de um País formalmente alinhado com o bloco ocidental e aliado de Portugal.

As especificidades da rede de solidariedade italiana com a FRELIMO, que consistiu numa mistura de canais políticos formais e informais, e de um diálogo entre actores de diferentes tradições políticas, lançaram as bases para o papel da Itália em Moçambique nos anos após a independência. Isso acabaria por contribuir para o processo de paz

entre a FRELIMO e a RENAMO nas décadas de 1980 e 1990, durante um período em que as actividades de cooperação italiana com Moçambique cresceram exponencialmente contra o pano de fundo da história anterior de solidariedade.

2.3 As razões do empenho italiano em Moçambique

As razões profundas do empenho da sociedade civil e do governo italiano em Moçambique correspondem a interesses e visões diferentes que acabaram se juntando a favor da independência do País e que são enraizados na particular história política italiana do período que vai do imediato pós-guerra até o fim da guerra fria.

A presença de missionários italianos em Moçambique ou o apoio aos movimentos de libertação oferecido pelos sectores progressistas italianos não bastam, por si só, para explicar porque a Itália chegou a se envolver com Moçambique de forma tão maciça. Ainda é menos explicável na óptica da história das relações internacionais, considerada a ausência de relações coloniais e as fracas relações económicas e culturais na época colonial. Na realidade, foram as peculiaridades das dinâmicas políticas internas italianas após a 2ª guerra mundial as que concorreram a determinar a sequência de eventos que levou Moçambique a ser um dos principais recipientes da ajuda italiana ao desenvolvimento e que contribuíram ao estabelecimento dum forte relacionamento entre os dois Países.

Alguns factores-chave permitiram, de facto, o estabelecimento de uma relação especial entre Itália e Moçambique: uma pressão permanente da sociedade civil italiana sobre partidos e lideranças políticas em apoiar os movimentos de libertação anticolonial, em aplicação da agenda das Nações Unidas; a ausência de uma estratégia clara dos governos italianos em relação à África; a debilidade e, depois, o desmoronamento do império colonial português, que deixava um vazio político que poderia ser aproveitado pela Itália, à busca de uma sua estratégia para o continente africano que pudesse corresponder aos interesses do seu sistema productivo, baseado fundamentalmente sobre os sectores agro-alimentar, da construção civil, da indústria transformadora e da energia.

O desenvolvimento e a construção das relações de cooperação foi, portanto, enraizado inicialmente em mecanismos informais, para ser institucionalizado só sucessivamente. Os êxitos infrutuosos da cooperação da Itália com as suas ex-colónias da Eritreia e da Somália no final dos anos '70 contribuíram a concentrar ulteriormente em Moçambique o fluxo da ajuda oficial italiana para o desenvolvimento. Isso não teria sido possível se, antes, não tivesse sido estabelecida uma rede de contactos e de presença em Moçambique de sujeitos não governamentais que prepararam as condições favoráveis para que isso acontecesse.

Alguns factos importantes, e irrepetíveis, contribuíram para a construção de relações fortes com Moçambique:

- a pressão constante que os dois maiores Partidos de esquerda, o PSI, no Governo, e o PCI, na oposição (mas que governava com o PSI em várias cidades e regiões italianas nas chamadas “juntas de esquerda”) fizeram no Governo para que a Itália estabelecesse relações prioritárias de cooperação com os governos das ex-colónias portuguesas, directamente e através das organizações por eles controladas ou participadas;

- o interesse da Igreja Católica a redesenhar o seu empenho pastoral e de evangelização à luz do Concílio Vaticano II, estendendo e requalificando o empenho social nos estados nascidos do processo de descolonização;
- a peculiaridade da história política e da estrutura de governação pós-bélica italiana, forjada na resistência armada à ocupação alemã, que deixava amplos espaços de autonomia aos governos locais e aos corpos sociais intermédios e na qual as duas almas principais da democracia popular, a católica e a socialista, convergiam em perseguir um modelo de desenvolvimento baseado na justiça social e na dignidade do trabalho, incluindo experiências de socialização dos meios de produção;
- o interesse das Universidades italianas a estabelecer laços de cooperação em Moçambique depois da falência da experiência da Universidade Somali; cooperação sustentada principalmente (por razões diferentes, mas concorrentes) pelas Faculdades biomédicas e os sectores académicos ligados à indústria agro-industrial e geo-minerária.

A construção duma estratégia original de política estrangeira baseada nos interesses nacionais envolveu todos os partidos italianos que tinham participado, durante a resistência ao nazi-fascismo, no CNL - Comité Nacional de Libertação (que incluía os partidos da esquerda bem como a Democracia Cristã)⁸.

É opinião do autor que no contexto da luta anticolonial existia um interesse estratégico convergente, nos partidos de governo e da oposição, em fornecer apoio político e material aos movimentos de libertação. Neste aspecto, houve uma concertação de políticas e uma subdivisão de tarefas entre o governo italiano (que devia manter um difícil equilíbrio entre os interesses nacionais e a participação da Itália na NATO) e as forças de oposição, a qual contribuiu a definir uma estratégia política original em relação à nova África pós-colonial e, no caso específico, Moçambique⁹. A tácita subdivisão do

⁸ A natureza atípica do Partido Comunista Italiano (PCI), ligado por razões históricas ao bloco soviético mas, ao mesmo tempo, fundador, junto com a Democracia Cristã, o Partido Socialista (PSI) e outros partidos laicos, da República Italiana, conferia ao PCI a possibilidade de manter um relacionamento fraternal com a área socialista - enquanto força de oposição na Itália - mesmo mantendo responsabilidades de governo nas "regiões vermelhas", por ele administradas (Emília Romanha, Toscana, Úmbria, Apúlia, entre outras) e onde mantinha um sistema de poder económico local importante, baseado na Liga das Cooperativas. Do outro lado, a ocupação do poder central pela Democracia Cristã assegurava a este partido o controlo dos grandes conglomerados industriais públicos controlados pelo IRI (Instituto de Reconstrução Industrial) e, em geral, da economia pública. Existiam, portanto, margens para a identificação de linhas estratégicas comuns de política estrangeira, a partir do desejo de uma maior independência dos dois blocos geopolíticos dominantes, baseada no relacionamento directo com os Países Não Alinhados e na afirmação da centralidade da Itália no desenvolvimento socioeconómico da área Mediterrânea.

⁹ Um papel ainda pouco estudado é aquele exercido pelo ENI, o Ente de Estado para os Hidrocarbonetos (relacionado, por razões históricas, à região Emília-Romanha, sede das suas primeiras operações extractivas) em termos de apoio logístico à FRELIMO durante a luta armada. O crescimento do ENI à rebeldia do monopólio das grandes empresas petrolíferas franco-anglo-americanas da época foi possível graças ao relacionamento directo com os produtores do campo socialista (URSS em primeiro lugar) e com os novos Países produtores, aos quais era oferecida assistência técnica e empresarial para a constituição das respectivas empresas nacionais: política que custou a vida ao primeiro Presidente do ENI, Enrico Mattei. A independência dos Países Norte-africanos e, sucessivamente, de outros Países africanos abriu novas possibilidades

exercício do poder entre governo e oposição, na Itália, que reforçava o papel dos governos regionais e locais, foi replicada na construção de uma nova política estrangeira para a África, com governo e forças de oposição aliados à volta de uma estratégia compartilhada, onde cada um se encontrava a exercer um papel diferente e complementar.

Por fim, uma conjuntura histórica particular acabará por reforçar o fluxo dos italianos em Moçambique, contribuindo a construir os alicerces das futuras relações entre os dois Países. O declínio da esquerda movimentista e operaista na Itália, que começa em 1975, acaba por promover o empenho internacionalista duma inteira geração de militantes desiludidos pelas dinâmicas políticas internas, que encontram na construção de uma nova nação motivos importantes de realização pessoal. Isso encoraja dezenas de militantes com formação técnica a ir para Moçambique, sobretudo através da IPALMO; alguns temporariamente, outros definitivamente (vários acabarão por adquirir a nacionalidade moçambicana), estabelecendo relações pessoais e profissionais que os transformaria em instrumentos eficazes de construção de parcerias.¹⁰

Resumindo, no período de 1975 a 1982 jogam a favor do reforço das relações entre os dois Países uma série de factores concomitantes:

- A ambição do PCI de se constituir como elemento imprescindível das relações com o campo socialista, incluindo Moçambique, reforçando o seu papel de intermediação e o seu peso político no contexto italiano;
- O desejo do PSI de construir um sistema de relacionamento independente com os Países saídos do colonialismo, utilizando as redes de solidariedade construídas durante a luta anticolonial e as empresas participadas;
- O desejo do complexo industrial público italiano de diversificar e expandir investimentos e mercados, construindo ao mesmo tempo uma rede de segurança energética e de aprovisionamento que fosse independente dos monopólios internacionais;
- O desejo de muitos militantes da área movimentista dos anos '60 e '70 em participar na construção do socialismo como experiência ligada a genuínos desejos de auto-realização;
- O novo impulso pastoral pós-conciliar da Igreja Católica e a dinâmica imprimida por João Paulo II às relações com os Países do campo socialista, que reforça as componentes militantes e terceiro-mundistas da área católica no seu empenho na luta contra a pobreza e as desigualdades sociais.

Nos anos seguintes, os investimentos humanos e materiais italianos em Moçambique encontrarão assim um terreno favorável para o estabelecimento de relações robustas que assegurarão razões suficientes para a manutenção de um compromisso capaz de permanecer para além das razões de oportunidade contingentes.

para o posicionamento do ENI no mercado internacional e para a independência energética da Itália.

¹⁰ O peso relativo do impacto, na estabilização do País, devido à presença destes técnicos é absolutamente marginal se comparado com a presença maciça dos técnicos da área socialista, mas esta cooperação permitiu o desenvolvimento sucessivo de parcerias económicas importantes.

Extrato do Estudo de Tiziano Cirillo sobre o Relatório Final da “Constituição de um Acervo Virtual e Físico sobre a história e a evolução das relações de cooperação no desenvolvimento entre Itália e Moçambique, com foco no processo de pacificação”. Outubro de 2021.